

# TROCA DE SABERES – GTEJA – UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA – BA

*EXCHANGE OF KNOWLEDGE – GTEJA – A TRAINING EXPERIENCE IN FEIRA DE SANTANA – BA*

## **Ana Célia Dantas Tanure**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB-NRE19  
anatanure@gmail.com

## **Ana Alice Brito Barreto dos Santos**

Núcleo Regional de Educação - NRE19/SEC-BA  
nannabarreto@yahoo.com.br

## **Arilma Brito dos Santos**

Núcleo Regional de Educação - NRE19/SEC-BA  
brito.arilma@gmail.com

## **Maria Perpétua Teixeira Almeida de Araujo**

Núcleo Regional de Educação - NRE19/SEC-BA  
perpetua\_almeida@hotmail.com

## **Myrtes Sophia Rocha**

Núcleo Regional de Educação - NRE19/SEC-BA  
myrtes.rocha@educacao.ba.gov.br

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/dnqt9d96>

Publicado em: 14.02.2025

**Resumo:** Este texto apresenta o relato de experiência de formação em EJA do Grupo de Trabalho Educação de Jovens e Adultos – GTEJA, formados por cinco integrantes, Coordenadoras, professoras e técnicas do Núcleo Regional de Educação 19 – NRE19 da Rede Estadual de Educação da Bahia sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos-Aprendizagem ao Longo da Vida, implantada em 2009 como política de currículo para o ensino de jovens e adultos nas escolas estaduais. Essa política é objeto de estudo de uma das integrantes no Mestrado em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA – UNEB - BA. Alicerçadas em estudos teóricos e respaldadas pela nossa prática como profissionais da Rede Estadual de Ensino da Bahia, buscamos trazer informações respaldadas pela prática que podem contribuir com as discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos no que concerne à Política de EJA do Estado da Bahia – Aprendizagem ao Longo da Vida e da formação continuada de professores, coordenadores, gestores e secretários escolares acerca dessa política, documento que orienta princípios, diretrizes e currículo do processo de ensino em EJA.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos; Formação continuada; Política pública.



**Abstract:** This text presents the account of a training experience in Youth and Adult Education (EJA) by the Working Group on Youth and Adult Education – GTEJA, composed of five members, including coordinators, teachers, and technicians from the Regional Education Center 19 – NRE19 of the State Education Network of Bahia. The focus is on the Youth and Adult Education Policy – Lifelong Learning, implemented in 2009 as a curriculum policy for youth and adult education in state schools. This policy is also the subject of study of one of the members in the Master’s Program in Youth and Adult Education – MPEJA – UNEB - BA. Grounded in theoretical studies and supported by our practice as professionals in the State Education Network of Bahia, we aim to present practice-based insights that can contribute to discussions on Youth and Adult Education, particularly regarding Bahia’s EJA Policy – Lifelong Learning and the continuing education of teachers, coordinators, managers, and school secretaries within this policy, which guides the principles, guidelines, and curriculum of the EJA teaching process.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Continuing Education; Public Policy.

## Introdução

Com formação em Coordenação Pedagógica e outras com Licenciatura em Letras, atuamos há cerca de quatro anos acompanhando a Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Escolares do Núcleo Regional de Educação 19 – NRE 19 (antiga Diretoria Regional de Educação 02 - DIREC 02) em Feira de Santana, realizando processos de formação continuada nas escolas estaduais, organizando e participando de reuniões pedagógicas junto com o corpo docente escolar atuante na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com foco em discutir e refletir sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia - Aprendizagem ao Longo da Vida, implantada na Rede Estadual de Educação da Bahia a partir de 2009. Desse grupo de formação intitulado Grupo de Trabalho Educação de Jovens e Adultos - GTEJA fazem parte 5 integrantes: Ana Alice Brito Barreto dos Santos<sup>1</sup>, Ana Célia Dantas Tanure<sup>2</sup>, Arilma Brito dos Santos<sup>3</sup>, Maria Perpétua Teixeira Araújo de Araujo<sup>4</sup> e Myrtes Sophia Rocha<sup>5</sup>.

O campo de atuação do NRE 19 envolve 25 municípios, desses 22 ofertam a modalidade EJA, num total de 94 Unidades Escolares com EJA. A proposta de trabalho desse segmento privilegia interligar os saberes da vida com os saberes acadêmicos para promover uma aprendizagem significativa aos sujeitos que tiveram seu processo de escolaridade interrompido no tempo humano certo assim como enfatiza o acompanhamento do percurso de aprendizagem.

Essa política, embasada nas ideias de Paulo Freire e nos “[...] ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social” (2009, p. 11), surgiu “*da escuta dos principais sujeitos da EJA: educandos (as), educadores, gestores e coordenadores pedagógicos das Diretorias Regionais de Educação - DIREC, bem como representantes dos diversos segmentos que dão forma ao Fórum Estadual de EJA (...)*”. Esse programa baiano é legalizado pela Portaria de nº 13.664/08 publicada em D.O. em 19 de novembro de 2008, e se justifica como

fruto da escuta dos principais sujeitos da EJA: educandos(as), educadores, gestores e coordenadores pedagógicos das Diretorias Regionais de Educação - DIREC, bem como representantes dos diversos segmentos que dão forma ao Fórum Estadual de EJA, quais sejam: Universidades (Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Universidade Federal da Bahia - UFBA), Movimentos Sociais (Movimento de Educação de Base – MOVA), Sistema S (Serviço Social da Indústria – SESI),

Organização Não-Governamental (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica – CEAP), Gestão Pública (Secretaria de Educação do Estado - SEC/BA e Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC/SSA) Fóruns Regionais de EJA.

Entretanto, a legitimação dessa proposta se dá em sala de aula, a partir da compreensão e ressignificação dela pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na EJA. A política embora seja fonte da escuta de múltiplos segmentos de discussão e validação, precisa para ser efetivamente implementada no estado da Bahia, pela validação de todos os sujeitos envolvidos como professores, alunos, gestores, coordenadores, técnicos das diretorias regionais entre outros, que dialogam cotidianamente nas escolas.

Como representantes do Governo do Estado em acompanhar o processo de implementação dessa política nas escolas estaduais percebemos ao longo dos anos, dúvidas, dificuldades e resistência dos docentes, gestores e coordenadores em colocá-la em prática. Portanto surgiu a necessidade de elaborar um plano de ação para atendimento às escolas, com foco na formação continuada em serviço que possibilitasse validar espaços de discussão da política pelos docentes, coordenadores e gestores de forma a ressignificá-la e promover sua implementação. Decerto também pudemos observar avanços do nosso trabalho nos processos de legitimação e construção de conhecimentos, assim como a qualificação da prática docente na EJA. O exposto aqui se refere às ações formativas do GTEJA em 2014.

## **Educação de Jovens e Adultos: amparo legal**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se caracteriza por resgatar o direito de aprender daqueles que evadiram as salas de aula ou ficaram à margem da educação por anos e retornam às escolas em busca de alfabetização ou formação educacional que garanta a inserção ou ascensão no mercado de trabalho, cada vez mais exigente de formação técnica especializada. Esse enorme contingente de jovens que ingressam na escola, mas não aprendem e dela são excluídos antes de concluir os estudos com êxito, são os principais educandos atendidos na EJA.

Apesar da EJA no Brasil vir gradativamente sendo reconhecida como um direito para milhares de pessoas que não tiveram oportunidade de realizar sua escolaridade desde meados do século passado, esse direito só foi formalizado em lei como dever de oferta obrigatória pelo Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 promulga em seu Art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) caracteriza essa modalidade de educação promulgando no seu artigo 37,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições

de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Entretanto, o direito a plena educação na EJA não garante o total acesso aos saberes necessários à verdadeira inserção social e formação de sujeitos conscientes de seu poder transformador social. Paulo Freire em seus estudos preconizava a importância da função social do aprendizado ao argumentar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela” (FREIRE, 1996, p.12). Dessa forma, são necessários mais que simples programas de alfabetização para que os sujeitos excluídos do processo regular de escolarização tenham acesso a uma educação que lhes possibilite participar plenamente como cidadão da vida política, econômica e cultural de sua comunidade e do país.

A ampliação da experiência de escolarização dos adultos é fator imprescindível para que, diante das dificuldades da sociedade contemporânea, o sujeito tenha conhecimento para saber como agir nas mais variadas situações impostas pelo avanço tecnológico e pelas transformações que vem se processando no mundo do trabalho e nas relações sociais, culturais, éticas.

Somente a ampliação do acesso e o aumento quantitativo de escolas não é o que consideramos suficiente. Precisamos, juntamente com o crescimento do número de escolas, de um crescimento também qualitativo, que reconheça e trabalhe com as particularidades do público da EJA. Eugênio aponta que

Hoje se reconhece que o campo de atuação da EJA incorpora tanto as perspectivas educação popular quanto as perspectivas da educação escolar, alargando o conceito e o entendimento do que significa a educação destinada à população jovem e adulta, dando uma idéia da dimensão e das responsabilidades que sobre essa modalidade se coloca (EUGÊNIO, 2004, p. 16).

Portanto é ímpar a necessidade de espaços de reflexões e troca de saberes entre os professores, segmento responsável pela implementação da política da EJA como garantia de direitos, direito de aprender, direito de conhecer, direitos de ser cidadão, direito de escolher.

Dos poucos esforços observados pelas escolas em conhecer a proposta da EJA surgiu a necessidade de promover espaços de reflexões e formação continuada com os sujeitos atuantes no ensino de jovens e adultos para que os seus objetivos fossem esclarecidos e novas ações pudessem ser organizadas de forma que o trabalho de ensino-aprendizagem fosse garantido de forma efetiva.

Diante das dificuldades em relação à EJA identificadas durante os momentos de acompanhamento do PAIP6 nas UEE, surgiu a necessidade de desenvolver ações que minimizassem os problemas relacionados a esta modalidade de ensino.

## **Relato da experiência: ações de formação realizadas em 2014**

Tendo como prioridade oportunizar aos sujeitos da EJA a efetividade da ação pedagógica ao longo do processo educativo, elaboramos um plano de ação que contemplasse tanto a formação dos professores que atuam na EJA, quanto os gestores na função do Vice- diretor e do secretário escolar que acompanham o cotidiano desta modalidade de ensino. Elencamos as ações realizadas durante o ano de 2014 assim como objetivos e realizações. Nas formações,

trabalhamos a fundamentação da proposta da EJA através de exposição dialógica, atividades em grupos, o uso de slides, cópias do Modelo Curricular e conteúdos do Diário e Caderno de Registro e depois refletimos sobre a prática vigente na EJA assim como reorganizamos algumas ações educativas para serem realizadas nas escolas como planejamento, avaliação e construção de pareceres descritivos.

#### *I Encontro de Formação com Vice-diretores e Coordenadores pedagógicos. Objetivos:*

- Fomentar a reflexão acerca da situação da EJA nas UEE. Apresentar a equipe GTEJA e sua proposta de trabalho.
- Contamos com a presença de cerca de 70% das escolas que ofertam EJA, nos dois encontros com vices diretores que aconteceram nos dias 10 de abril e 14 de maio, no Auditório do Instituto de Educação Gastão Guimarães, escola da Rede Estadual de Ensino. Apresentamos o grupo e as ações propostas de formação com os professores e escolas com EJA.

#### *Acompanhamento e monitoramento pedagógico às Escolas que ofertam EJA.*

- Objetivo: Assessoria pedagogicamente os professores que atuam na EJA.
- 26 escolas atendidas em 2014 em um universo de 94
- Período: Março a Novembro

#### *Participação no I Encontro de Secretário Escolar promovido pela CODEB*

- Objetivo: Efetivar espaço de reflexão e esclarecimentos sobre os registros na EJA, propostos pela Política de Educação de Jovens e Adultos – Aprendizagem ao Longo da Vida.
- Os encontros foram realizados nos dias 29 e 30 de Julho, no Auditório do Gastão Guimarães, com a participação da Equipe de Históricos Escolares da Coordenação de Educação Básica – CODEB e contou com a participação de cerca de 120 secretários escolares.

#### *Participação nas Atividades Complementares (ACs), previamente agendadas com o GTEJA, através do Técnico do PAIP.*

- Objetivo: Contribuir com a formação em serviço do professor, esclarecendo sobre o fazer coletivo e a unidade do processo de ensino e aprendizagem da EJA.
- Período: Durante o ano letivo.

#### *Formação dos Coordenadores/Técnicos do NUPAIP 02*

Objetivo: Capacitar o NUPAIP Regional para acompanhamento da EJA nas U.E.

Período: 1º e 2º semestres

#### *Plantão Pedagógico da EJA*

- Objetivo: Atender as UEE, criando espaço de apoio e formação, na DIREC 02, turno noturno.
- Período: às 5as. feiras, de abril a novembro.

#### *Ampliar a comunicação entre a Equipe EJA e as unidades escolares.*

- Objetivo: Fortalecer a parceria entre PAIP/EJA e Unidades Escolares
- Período: Durante o ano letivo

#### *Outras ações*

- Visitas às escolas para preenchimento de diagnóstico;
- Reuniões de AC formativas para discussão da proposta, planejamento e avaliação;
- Planejamentos coletivos quinzenais (orientações);
- Participação nos conselhos de classe bimestrais;
- Monitoramento das ações dos Planos de Intervenção (PIPs) em referência à EJA;
- Participação em culminância de Projetos nas escolas.

#### *Os nós da EJA*

- Atender às escolas do PAIP e da EJA, duas ações diferenciadas;
- Resistência de alguns gestores e professores à proposta da EJA;
- A não inclusão do noturno nos projetos da escola;
- Desconhecimento dos alunos sobre seu segmento de estudo;
- Desconhecimento do professor sobre as especificidades do segmento que atua;
- Carência de material didático específico à EJA;
- Falta aos professores uma formação específica para trabalhar com essa modalidade de ensino;
- Muitas vezes, o professor vai ensinar na EJA para complementar carga horária, ou seja, nem sempre bem preparado para trabalhar com essa modalidade de ensino;
- Infrequência dos alunos e professores;
- Metodologia usada não respeita a especificidade do aluno adulto;
- Evasão.

## **Conclusão**

Durante os encontros percebemos que ainda há muita dificuldade no entendimento da proposta de trabalho da EJA referendados pela Política de Educação de Jovens e Adultos-Aprendizagem ao Longo da Vida da Rede Estadual da Bahia, especificamente na cidade de Feira de Santana nosso local de trabalho.

Algumas escolas ainda não conseguem realizar a AC da EJA quinzenalmente e às vezes só conseguem uma vez no mês, o que sem dúvida vem, ainda, dificultando o entendimento da proposta, a sua metodologia e o uso adequado dos seus instrumentos. Sentem dificuldades em entender o caderno de registro, instrumento primordial para planejar usando os aspectos cognitivos, sócio formativos ou saberes necessários.

Observamos também que os professores tem uma grande resistência (talvez em decorrência da não prática) em planejar utilizando os aspectos cognitivos, sócio formativos e saberes necessários. Compreender a avaliação por conceitos e fazer sua transposição didática ainda encontra resistência por parte dos professores.

Por outro lado ouvimos depoimentos de professores que já trabalham a proposta da EJA e sinalizaram pontos positivos no que se refere aos resultados de avanços dos alunos.

As avaliações dos encontros foram em grande maioria muito positivas, apesar de alguns professores ainda demonstrarem resistência às mudanças necessárias em sua prática pedagógica.

Alguns depoimentos dos participantes dos encontros: “Foi muito bom, pois pudemos tirar dúvidas e trocar informações”; “As explicações acerca do planejamento contemplam as expectativas”; “Eu achei essa reunião muito proveitosa, pois tirei algumas dúvidas que tinha”; “Sim, foi bom. As dúvidas que surgirem no decorrer do encontro foram devidamente esclarecidas”; “O encontro foi muito proveitoso tirando as dúvidas sobre as cadernetas, planejamento, conteúdo e etc. Gostei bastante, tentarei fazer o melhor”; “Indubitavelmente no que tange a mediação e a forma de socialização. Esclareceu as minhas dúvidas e também angústias”; “Foram bons a organização, pontualidade, apresentação do material, clareza dos conteúdos”; “Foi bom, mas a realidade inviabiliza certos conceitos. Exemplo: autoavaliação do aluno e o tempo necessário para fazer os relatórios (professores)”; “Foi bastante esclarecedor, favoreceu o entendimento para preenchimento dos diários e ofereceu maneiras bem práticas para os encontros entre os professores das turmas da EJA”; “Conseguiu esclarecer muitas dúvidas que ainda quase ninguém sabia responder”; “Muita informação em um só momento. Poderia ser dividido em dois momentos”; “Joa. Tirou muitas dúvidas. Colocaram muito bem, principalmente ao mostrar a iniciativa de vocês”.

Sugestões relatadas pelos professores participantes dos encontros nas escolas:

“Espero que esses encontros sejam contínuos”; “Mais encontros para discutir questões da EJA”; “Precisamos de encontros nas Unidades Escolares”; “Encontros práticos”; “Outros encontros para socialização de atividades desenvolvidas as Unidades Escolares”; “Poderia acontecer com todos os professores da EJA”; “Os treinamentos para a EJA deveriam ser como o GESTAR; um processo contínuo e como motivação ter valor de pós com acréscimo no salário”; “Monitorar o trabalho desenvolvido nas escolas, com o objetivo de corrigir possíveis erros. Esta ação não seria de cunho fiscalizador, mas de contribuir para colocar em prática o que está na lei”.

Ficou notório, infelizmente, o não envolvimento de alguns Gestores com a EJA, porque foi pontuado que geralmente não recebem email com o material da EJA, informação negada pela equipe, que várias vezes enviou emails com portarias, proposta, diários e cadernos de registro assim como orientações do processo de planejamento e avaliação para as escolas, muitos nunca vão às UEE no turno noturno o que nos deixa a sensação de que a EJA não pertence aquela instituição de ensino.

Para garantir efetivamente a implementação da Proposta da EJA em todas as escolas integrantes da DIREC 02 é necessário uma rede de apoio, orientação e acompanhamento que possibilite espaços de discussão e estudos que garantam conhecimento de causa aos profissionais envolvidos diretamente no processo ensino e aprendizagem nas salas de aula, o que, sem dúvida, a Equipe vem fazendo apesar das dificuldades, mas, já se percebe um avanço significativo no trabalho desenvolvido por muito dos profissionais.

Como propostas, para a continuação do trabalho do GTEJA em 2015 elencamos: Garantir a continuidade dos plantões Tira-dúvidas; Organizar e aplicar oficinas práticas sobre planejamento e avaliação na EJA direcionadas aos professores atuantes nessa modalidade de ensino; Manter o apoio sistemático às UEE; Ampliar a comunicação entre a Equipe EJA e as unidades escolares. Implementar a formação dos professores das UEE que implantaram o Tempo Juvenil.

## NOTAS

<sup>1</sup>Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Ensino - GTEJA –NRE19; Gestora Rede Pública Municipal de Feira de Santana – BA; Licenciada em Pedagogia (UEFS), Especialista em Psicopedagogia (UNEB), Educação e Pluralidade Cultural (UEFS); Mestranda em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA – UNEB.

<sup>2</sup>Professora de EJA da Rede Estadual- NRE19; Licenciada Plena em Letras (UEFS); Especialista em Psicopedagogia (UNEB) e Gestão Pública e Planejamento de Ensino (Faculdade Visconde de Cairú).

<sup>3</sup>Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual- NRE19; Licenciada em Pedagogia (UEFS), Especialista em Coordenação Pedagógica(UFBA).

<sup>4</sup>Técnica Educacional-NRE19; Licenciada em Letras (UEFS); Especialista em Supervisão Escolar (UEFS) e Especialista em Psicopedagogia Institucional (IESDE).

<sup>5</sup>Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual – NRE19; Licenciada em Pedagogia (UEFS), Especialista em Educação Especial (UEFS), Especialista em Gestão Educacional (Faculdade Hélio Rocha).

<sup>6</sup>Programa de Monitoramento, Atendimento e Intervenção Pedagógica das escolas da Rede Estadual do Estado da Bahia.

## Referências

BAHIA. Secretaria de Educação. Política de Eja da Rede Estadual. **EJA - Educação de Jovens e Adultos**. Aprendizagem ao longo da vida. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

EUGENIO, **Benedito Gonçalves**. **O currículo na educação de jovens e adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação-Mestrado em Educação – da Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. **A formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SOEK, Ana Maria. **Mediação pedagógica na alfabetização de jovens e adultos** /Ana Maria Soek, Sônia Maria Chaves Haracemiv, Tânia Stoltz. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.